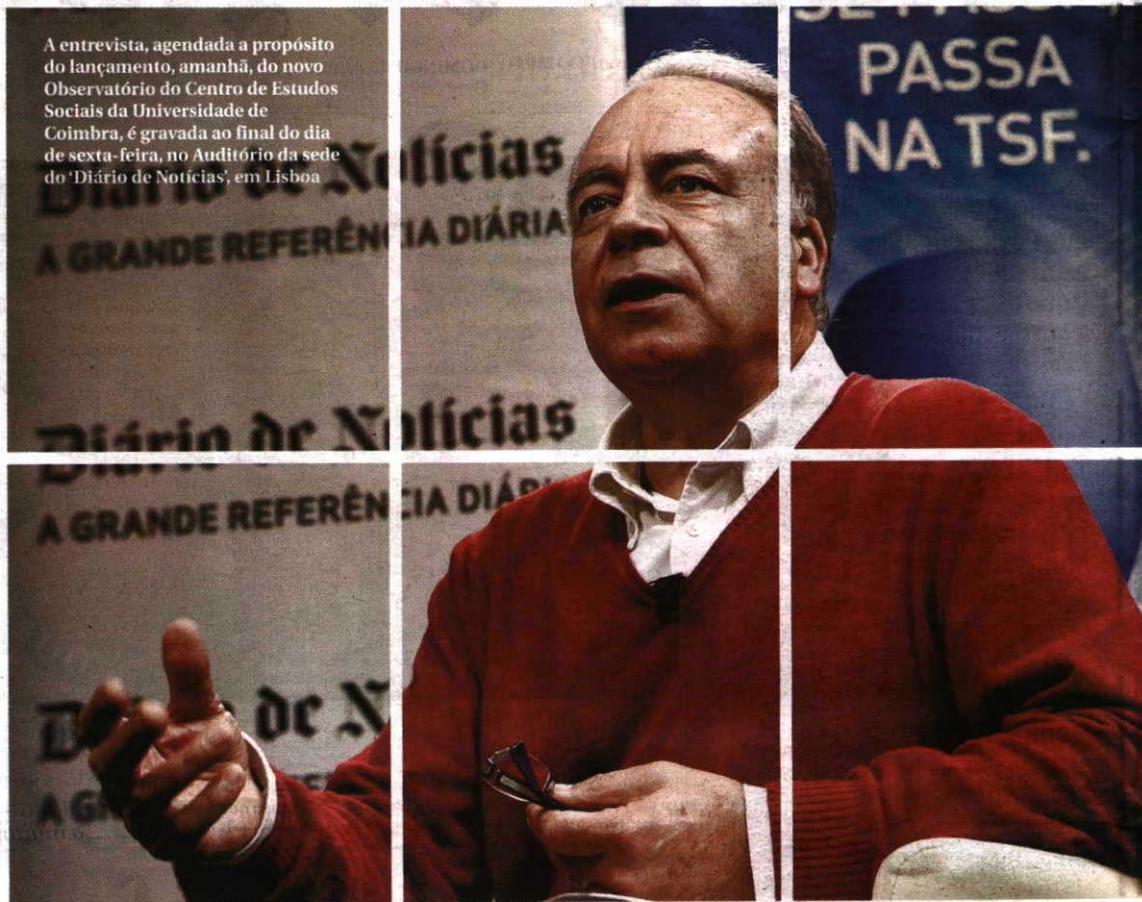


Entrevista Gente Que Conta Carvalho da Silva

“Uma das coisas para que chamo a atenção é a fraude intelectual com que governantes e outros atores económicos e sociais, e que formam opinião, dizem que no momento atual não há que estar à procura de causas e de responsáveis, o que é preciso é unirmo-nos para encontrar soluções para os problemas. E, sistematicamente, os mesmos que dizem isto acrescentam logo duas ou três análises já pré-configuradas, que são: todos vivemos acima das nossas possibilidades e os tostões daquilo que sustenta o rendimento social de inserção, ou baixíssimas pensões, ou subsídio de desemprego, são regalias e são privilégios. Isto tem de ser questionado, profundamente questionado!”

A entrevista, agendada a propósito do lançamento, amanhã, do novo Observatório do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, é gravada ao final do dia de sexta-feira, no Auditório da sede do 'Diário de Notícias', em Lisboa



“Temos de acabar com esta ideia de que os direitos são regalias”



JOÃO MARCELINO



PAULO BALDAIA

Cerca de dois meses após ter abandonado a chefia da Intersindical, que liderou durante 25 anos (“e meio”, precisa), Manuel Carvalho da Silva fala na condição de professor universitário (na Lusófona, em Lisboa) e de investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, cujo observatório será amanhã apresentado publicamente. Nesta entrevista, revela-se preocupado com a ideia que se vai instalando de que há apenas um caminho para sair da crise: o de Portugal ser um bom aluno do colete de forças da *troika*. O Observatório em que vai trabalhar quer

ser um agente ativo desta mudança e de combate ao conformismo ideológico dominante. A entrevista descobre o homem de esquerda que não se rende, toca o candidato presidencial que obviamente está atento e no terreno, o militante comunista cada vez mais afastado da sua casa de partida. Provavelmente, tudo isto faz parte da mesma estratégia que o cidadão assume com um entusiasmo evidente.

A ideia é que as crises podem até ser inevitáveis, mas as soluções que os diferentes Governos preconizam não são o que anima a criação deste novo observatório? Primeiro, o Observatório é uma criação do Centro de Estudos Sociais [CES] da Universidade de Coimbra e tem a colaboração da OIT [Organização Internacional do Trabalho] através do Instituto de Estudos Laborais, que é o grande instituto da OIT. Foi formatado na sua conceção por uma discussão entre estas duas instituições e tem um compromisso, que é o envolvimento de todo o coletivo do Centro de Estudos Sociais, que tem bastante mais de cem in-

vestigadores seniores e um grande número de investigadores jovens. Um dos problemas com que nos debatemos hoje, e é preciso assumir, é que quanto mais se institucionaliza a palavra, o conceito crise, menos transparência e menos participação há na governação, isto por parte dos cidadãos. E o segundo aspeto é que nós estamos muito longe de ter os diagnósticos que é necessário fazer sobre a crise, a sua origem, os seus problemas, as suas dimensões, e muito menos está feita uma análise suficientemente sustentada sobre a realidade portuguesa. É preciso vários olhares.

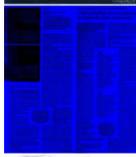
A alternativa é de diagnóstico ou é, quando olhamos para o nome deste observatório, uma alternativa das soluções propostas para ultrapassar a crise?

Buscamos contributos para a alternativa, porque as alternativas têm de ser corpori-

zadas e interpretadas no terreno pelas forças sociais e políticas, acima de tudo, e depois pelas governações. O conceito crise, desde logo, afirma a necessidade do conhecimento rigoroso das situações nos mais diversos campos para a formulação de novas alternativas, ou seja, o nosso trabalho será aberto à interpretação de todas as realidades e de todas as formas de análise da sociedade, mas fá-lo-á com um sentido crítico profundo e remando contra a maré. Ou seja, afirmando clara e inequivocamente que as receitas que estão passadas para o futuro do nosso país, neste caso concreto, não têm saída. Esse

“**A democracia tem custos também financeiros e cada direito tem custos concretos**”

pressuposto existe. **Desligado das suas funções de sindicalista, imagina-se nestas funções, a liderar este observatório de forma mais pragmática? Vou apenas coordenar o Observatório. Tem funções de liderança no sentido de dis-**



Revela que além da atividade académica tem andado muito pelo País em conferências – umas mais públicas do que outras, porque até os quadros de grandes empresas requisitam a sua experiência

Há quem tenha programas na TV, há quem lance livros, há quem escreva apenas artigos semanais em jornais ou venha de visita muitas vezes ao País... Carvalho da Silva está empenhado na vida académica e fala dela com evidente paixão

Durante a entrevista, revela o crescente afastamento em relação à militância no PCP e foge-lhe a boca para Mário Soares a propósito de uma conversa, 'antes de tempo', sobre as próximas eleições presidenciais, daqui a quatro anos

REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGES

tribuição de trabalho e de coordenação. Sim.

Mas imagina-se mais pragmático nas alternativas e soluções que busca para o País? A resposta a essa questão é muito simples. Enquanto sindicalista, era secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), nos últimos 25 anos e meio. Tinha as minhas interpretações pessoais sobre os problemas, mas tinha uma obrigação – e é preciso que as coisas sejam assim –, que era

a interpretação do projeto e a afirmação construída pelo coletivo da CGTP.

Mas as convicções estão lá na mesma?

As convicções estão, não desaparecem – aí de nós se as colocamos de lado. Agora, os campos de análise, os instrumentos de trabalho, as re-

lações que têm de ser estabelecidas, as interações que é preciso fazer com atores sociais e económicos, com sindicatos, com organizações de trabalhadores, com movimentos sociais, mas também com empresas, com organizações empresariais, com organizações e instituições diversas da sociedade, no plano nacional e internacional, esse é um campo totalmente diferente.

O Observatório vai procurar trabalhar de perto com o Governo, tentando influenciar? O Governo, seja ele qual for, este agora ou outro que se siga.

Não, não tem esse objetivo. Para usar uma expressão do diretor-geral da OIT de junho

PERFIL

MANUEL CARVALHO DA SILVA

> 64 anos

> Investigador, ex-líder da CGTP

> **Montador electricista de profissão, ascendeu nas fileiras da CGTP-IN, chegando a coordenador em 1986 e a secretário-geral em 1989, cargo que abandonou este ano. Entretanto, retomou os estudos, concluindo doutoramento. É investigador na Universidade de Coimbra.**

último, estamos na emergência de uma nova era mundial e é preciso termos a noção de que ela é construída pelos seres humanos. Há a perspetiva de olhar a sociedade no desafio às ruturas de que a sociedade precisa. É esse o ancoradouro com que procuraremos trabalhar.

Esta crise está a mudar em definitivo a sociedade portuguesa?

Está e vai mudar profundamente. Há um conjunto de políticas que, no seu fundamental, levam no imediato e num prazo médio a um retrocesso social e civilizacional profundo. Esta expressão usei-a há cerca de três anos e tem hoje uma confirmação clara. Agora, o que vai ser o futuro da sociedade portuguesa vai depender dos portugueses, das suas atitudes. Estamos perante dificuldades enormes, limitações. Há medos, há resignações, há falta de perceção do que está a acontecer. Por isso é que, por exemplo, na apresentação deste observatório, o CES procurou dar um contributo de partida imediato e elaborámos aquilo que designamos por Dicionário das Crises e das Alternativas. Um conjunto de 113 investigadores, especialistas em várias áreas, nas finanças, na economia, no direito, na cultura, na sociologia, trabalhou intensamente durante dois meses e na segunda-feira [amanhã] vamos apresentar um livro de cerca de 220 páginas em que estão 222 conceitos, 222 palavras, que é uma espécie de grelha de leitura com que nos apresentamos para o nosso trabalho, mas é também o espaço que queremos criar para que os cidadãos e os atores sociais, económicos, etc., possam vir à interação e possam questionar, acrescentar, melhorar, criar outra perspetiva de reflexão sobre os problemas. De reflexão e de estudo!

O objeto de trabalho é a sociedade portuguesa, obviamente, mas esta crise não é exclusiva de Portugal – ainda na Europa, tem reflexos muito fortes na Grécia e na Espanha... Os problemas são semelhantes ou não?

Nos aspetos fundamentais, os problemas são semelhantes.

As saídas podem ser diversas, mas grande parte do fundamental das políticas para responder aos problemas também vão ter de ser idênticas. Agora, não temos a ideia de que as alternativas à situação presente se fazem de coisas muito complexas que o comum dos cidadãos não é capaz de compreender. Não é assim. As alternativas, aquilo que tem de se discutir como fundamental, como estruturante de caminhos ou de políticas alternativas, tem de assentar em coisas muito simples da vida das pessoas: a necessidade do combate à pobreza, não deixar a sociedade acentuar as desigualdades, valorização e a responsabilização das

O exemplo de Mário Soares, comunista na juventude

“Não é inédito um presidente oriundo da área comunista”

É hoje, nesta entrevista, que vai assumir que está disponível para todos os reptos políticos que vierem a ser-lhe lançados, inclusivamente a possibilidade de uma candidatura presidencial?

Esta última questão é distanciada do tempo útil para tratar do problema, fora de tempo. Então, o que digo é: sou um cidadão com todos os direitos e, portanto, não assumi renegar nem distanciar-me de qualquer desafio que me façam. Não tenho na cabeça ir para aqui ou ir para ali. Agora está uma coisa concreta: trabalhar para a existência de um Observatório sobre Crises e Alternativas que produza investigação em várias áreas, ser professor exigente da Lusófona e contribuir na Lusófona para projetos que também me pediram para desenvolver.

Como olha para a proliferação de protocandidatos presidenciais a quatro anos das eleições?

Admitindo...

... que o que acabou de dizer é verdade.

Admitindo que o que acabou de dizer é verdade, ou seja, que esse pressuposto é válido, dir-lhe-ei que essa talvez seja uma forma de alguns andarem a distanciar-se da exigência de respostas do presente, que são muito necessárias. Mas acredito que em algumas das propagandas que se fazem sobre outras candidaturas, e ponho em causa o tal pressuposto da verdade total na questão que colocou, que essas pessoas estejam a ser arrastadas por esse questionamento e não faça parte até da estratégia, de momento, dessas pessoas. O que não quer dizer que não possam vir a interpretar esse papel.

Acha possível que em Portugal, no século XXI, possa vir a ser eleito um presidente oriundo da área comunista?

Já foi, no século XX. O dr. Mário Soares foi, na juventude, militante do PCP. Estamos no século XXI e, aliás, o dr. Mário Soares é um entusiasta da sua possível candidatura presidencial...

Isso é questão que só ele pode dizer. Ele já o disse! O que pergunto é se um comunista pode ser presidente da República.

Isso não é inédito! Quanto à identidade

ideológica e à identidade de pensamento, sobre essa questão digo-lhe muito simplesmente o seguinte: primeiro, sempre procurei na minha vida e vou procurar continuar a não renegar nenhuma das componentes da minha formação, humana, intelectual...

(Sorrindo) Não estava a dizer que esse candidato comunista podia ser o senhor...

(Também sorrindo) Certo!

Mas vejo que admite essa possibilidade...

Estou a responder porque julgo que é preferível estar a responder

direto do que estar a fazer aqui interpretações outras. A questão que lhe fazia é que, e penso que isso deve ser a prática de qualquer outro cidadão neste país, não devemos renegar as nossas origens, as nossas práticas, a não ser que tenhamos cometido erros clamorosos. Eu não renego a minha formação católica, não renego o muito que aprendi e a excecional solidariedade e o comprometimento coletivo que vivi no PCP.

Do qual não pensa desligar-se?

Já usei várias formulações, conforme o tempo. Disse que a minha ligação ao PCP era cada vez menor do ponto de vista formal; depois disse que era tênue; a última expressão é: não tenho militância no PCP e não penso ter militância no PCP. Tenho um grande apreço e uma enorme gratidão para aquilo que vivi e aprendi, e fiz, na minha militância no PCP.

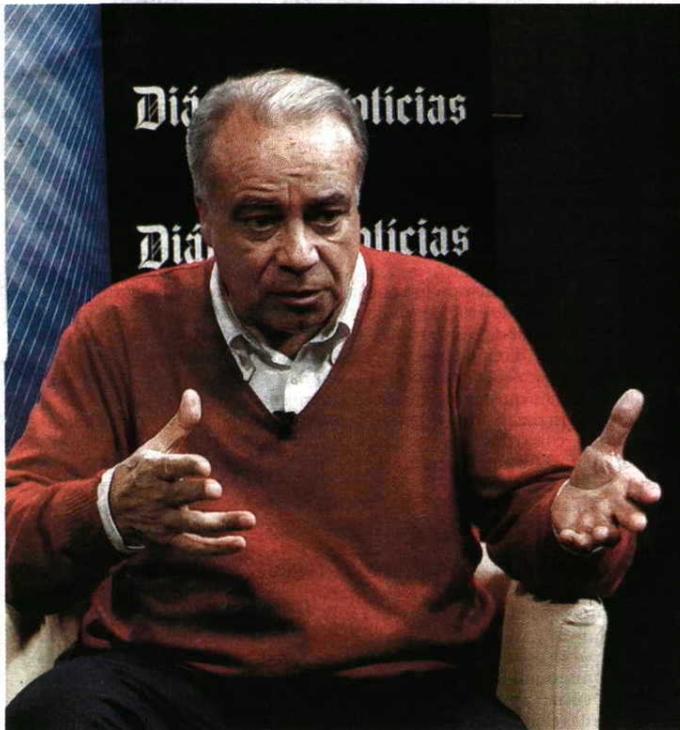
Tenho a noção de que o PCP é uma força importante na sociedade portuguesa e que é preciso respeito – e, enquanto cidadão, devo ser humilde também nessa relação com o PCP e devo procurar fazer convergências sempre que seja necessário, e em muitas coisas não tenho nenhum complexo em relação a isso. Mas não mais do que isto. Como

disse, não penso retomar militâncias partidárias e julgo que isso vai ser a minha postura no futuro. E quando digo que não penso retomar militâncias, reafirmo, julgo que ficou claro mas reafirmo, que tenho toda a disponibilidade para a participação em ação, em intervenção, não apenas do PCP mas também do PCP.

“*“ Não devemos renegar as nossas origens, as nossas práticas, a não ser que tenhamos cometido erros clamorosos. Eu não renego a minha formação católica, não renego o muito que aprendi e a excecional solidariedade e o comprometimento coletivo que vivi no PCP”*”

“*“ Já disse que a minha ligação ao PCP era cada vez menor do ponto de vista formal; depois disse que era tênue; a última expressão é: não tenho militância no PCP e não penso ter militância no PCP”*”

Mário Soares
Iniciou-se na política nos anos de 1940, enquanto estudante universitário, no Movimento de de Unidade Nacional AntiFascista. Depois integrou o MUD, ligado ao PCP.



▶ pessoas pelo trabalho, introduzir conteúdos que levem à obrigação de reunir esforços de investimento, quer público quer privado, que visem a produção de serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade e à criação de emprego. Temos de assegurar os direitos mínimos que são exigíveis em democracia e acabar com esta ideia de que os direitos são regalias. Não! A democracia tem custos também financeiros e cada direito tem custos concretos. Há que descodificar isto para vermos até que ponto podem ser reformulados regalias e direitos.

Em Portugal, temos há muito tempo uma grande incapacidade de diálogo à esquerda. Ainda agora os tratados europeus foram aprovados por PSD, CDS e PS. O PCP e o Bloco de Esquerda estão contra. Faça esta introdução para lhe perguntar muito sinteticamente: o que é preciso para a esquerda começar a dialogar, face àquilo que estamos a ver na Europa e no mundo?

Desde logo, são precisos diagnósticos alternativos, diagnósticos que não sejam feitos debaixo de um conjunto de inevitabilidades que marcam a situação hoje. Esta é uma questão fundamental.

No caso concreto da Europa, a defesa do sistema social pode ser um fator de união.

Esse é um dos aspetos fundamentais, mas não é só isso!

O Estado social deve ser reformulado?

Só é possível manter reformulando, essa é outra questão. Mas é preciso falar verdade sobre isso!

Porque é que em Portugal o Bloco de Esquerda e o PCP nunca são parte desta discussão?

Isso tem de perguntar aos partidos.

Pergunto-lhe a si, como cidadão especializado na observação destas questões.

O que é preciso? Já falei, é necessário diagnósticos que tenham um outro sentido, alternativo, que não se submetam e façam

outras leituras do tempo em que estamos, dos porquês.

Precisa de outros protagonistas?

Há uma fraude, escrevi isso no último artigo publicado no JN. Uma das coisas para que chamo a atenção é a fraude intelectual com que governantes e outros atores económicos e sociais, e que formam opinião, dizem que no momento atual não há que estar à procura de causas e de responsáveis, o que é preciso é unirmo-nos para encontrar soluções para os problemas. E, sistematicamente, os mesmos que dizem isto acrescentam logo duas ou três análises já pré-configuradas, que são: todos vivemos acima das nossas possibilidades, e os tostões daquilo que sustenta o rendimento social de inserção, ou baixíssimas pensões, ou subsídio de desemprego, são regalias e são privilégios. Isto tem de ser questionado, profundamente questionado!

Julgo que acabem de ouvir dizer que em Portugal os partidos políticos deveriam mudar de protagonistas...

Essa pode ser uma ilação que tire.

Mas posso tirar esta?

Não, na minha boca não. Agora, esta questão tem de ser colocada! Dou grande significado à eleição, se ele a conseguir, do François Hollande em França.

Mas dá, ou melhor, porque daria?

Porque são fatores novos, diferentes, que vêm...

...mexer no alinhamento entre a França e a Alemanha?

Pode mexer em diversos aspetos. Agora, valorizando isso, não caio na expectativa de que está ali o início de uma mudança. Ou seja: se o quadro de relação de forças existente na Europa, e depois podemos passar

para Portugal, não se alterar, não se pense que é com uma eleição deste ou daquele que se resolvem os problemas. É precisa uma alteração clara e concreta no quadro da relação de forças. Quando falamos na relação de forças, falamos noutras coisas: é preciso identificar bem...

Aplicando isso a Portugal, descodifique. É preciso a erupção de novas forças sociais e políticas? De novas associações de cidadania?

O desafio está colocado aos partidos e às forças sociais e políticas no que diz respeito à sua capacidade, ou não, para encararem e para agirem com eficácia neste novo contexto que estamos a viver.

E até agora têm revelado total incapacidade?

Não digo isso. Tenho muito respeito pela atuação de cada força social, e política, mas não tenho dúvidas de que o

desafio está colocado aos que existem e pode estar colocado a outros, se decidirem criar novas forças. Mas aqui entra um outro elemento que é fundamental para a resposta à sua questão: é preciso muita humildade. É preciso análises, é preciso construir denominadores comuns, identificar meia dúzia de questões que são vitais para um entendimento e, depois, muita humildade. Uma das coisas é: muito respeito nas relações entre todas as forças, mas muita frontalidade, muita acutilância crítica!

A posição de Portugal no contexto europeu deve ser questionada a propósito desta crise? Tem de ser questionada em relação às condições em que está e em relação àquilo que deve ser feito, tendo em conta o desinteresse dos portugueses.

Não acha que Portugal deva sair da UE? Não está nenhum cenário que aconselhe. Mas, mesmo em relação à moeda... sabe-

mos o que significa a armadilha da moeda. A estratégia em torno do euro transformou-se, se não era já na origem – tenho dúvidas se era ou se não era – um elemento de ataque ao Estado social. O João Ferreira do Amaral diz muitas vezes.

E a sua opinião também é essa?

Não tenho confirmação suficiente para dizer que foi estrategicamente definido como tal ou que é apenas a decorrência da situação. Agora, que está a ser elemento fundamental de ataque ao Estado social, não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. E existe no nosso contexto de membros da UE necessidade de reflexões e de reposições, e de avanço de posicionamentos de Portugal perante os outros países que sejam questionadores. A pior postura é esta de bom aluno e de se andar apenas à procura de consensos para seguir a agenda e a estratégia que é determinada pelos poderosos da Europa. Isso é um desastre absoluto. Até costume acrescentar uma outra informação, que é: Portugal é europeu mas tem fronteiras a sul que deve analisar no contexto de um mundo em profunda mudança. Com a mudança de milénio surgiu um novo cenário. Não sabemos que implicações vai ter, sabemos é que ele está em desenvolvimento. Portugal é um país que tem história, tem um povo excecional e tem obrigação de olhar esta realidade, e esse é um desafio à esquerda.

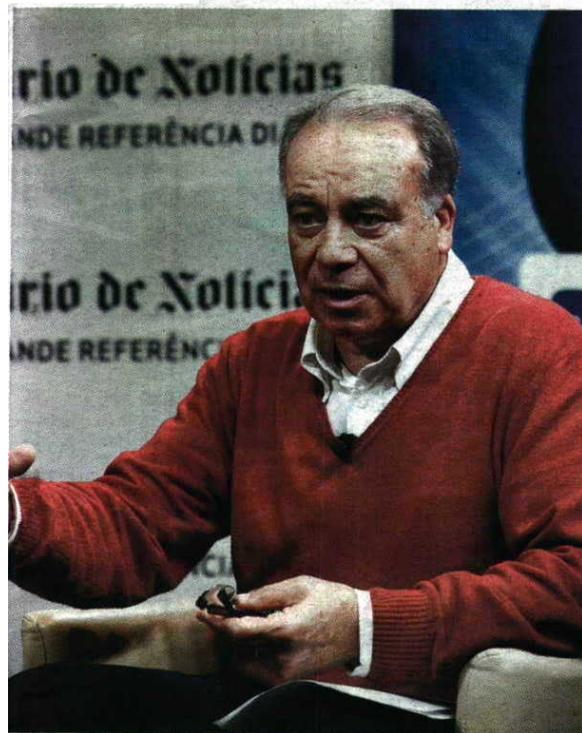
É um desafio à esquerda que temos e também à organização partidária que temos? Quando digo à esquerda, digo esquerda social, económica, política, cultural.

Mas vê ou não como necessária uma revolução no sistema partidário, se não aparecerem soluções diferentes daquelas que temos?

Os partidos, como outras forças, estão desafiados a responder aos elementos deste novo contexto. Agora, como é que vão fazê-

**Eleições francesas
O candidato socialista
François Hollande já foi
claro favorito para as presidenciais francesas, a 22 deste mês, mas o candidato Nicolas Sarkozy tem recuperado nas sondagens**





problema, continuamos com este aumento da desresponsabilização, que é hoje muito a causa de alguma desmotivação.

Como podemos fazê-lo sem a UE, sem a troika?

Primeiro, há coisas em andamento no mundo! Nem tudo que está a passar-se no mundo é negativo, agora nós vivemos num espaço onde está a haver um retrocesso social e civilizacional duro. Há soluções que têm de ser encontradas no plano mundial. É evidente que vamos estar dependentes das estratégias das grandes potências, dos países que têm mais peso no plano mundial.

Em países que competem com a UE, como a China, a Rússia e a Índia, por exemplo, e em que a proteção social praticamente não existe...

(Interrompendo) Não se façam comparações simplistas. Isso que está a dizer é verdade, só que quando falamos, por exemplo, da China... Primeiro, fazer comparações entre países europeus e a China, apenas situados, por exemplo, na evolução do PIB, e não ter em conta as suas culturas nas mais diversas áreas, desde o que são as práticas da habitação, da alimentação, de uma série de coisas, os fatores de poupança e outros, fazer comparações simplistas não tem sentido. Quando falamos da China, há que ter presente, sim senhor, que há uma exploração imensa, mas hoje a China tem mais de 500 milhões de habitantes com uma capacidade de poupança idêntica ou já superior à média europeia. Já tem salário mínimo, coisa que não tinha! Não me recordo agora quanto é – 149 euros ou 179 euros, não tenho presente. Têm horários de trabalho ainda muito elevados, mas não nos esqueçamos que eles vêm de uma situação em que, há poucas décadas...

Mas não é verdade que essa desregulação que ainda existe, nesses mercados, também contribuiu para a crise que está a passar-se na Europa?

Não esqueçamos que a UE se tornou o primeiro parceiro comercial do mundo com um modelo social avançado. Esta onda neoliberal é um desastre para a Europa. O que acabou de referir é verdade, e até vou mais longe na consideração que fez: os grandes países emergentes do ponto de vista da cartilha sociolaboral não estão a jogar com outros instrumentos que não sejam os do sistema capitalista. E estão fortemente influenciados também. Aliás, eles vieram ao jogo, jogando com as mesmas armas, e isso é um desastre. A conjugação destas políticas neoliberais, cujo centro do ponto de vista estratégico está hoje, há já alguns anos, fortemente implantado na Europa, está a provocar uma espiral regressiva que serve de argumento para, nos países que estavam mais avançados, fazer cortes e manter os outros sem a capacidade reivindicativa que podiam ter se vissem uma perspectiva de harmonização no progresso. Ouvi muitas vezes, em várias latitudes, o seguinte: "Defendam-se e não deixem isto ir abaixo", porque sempre a harmonização no progresso foi uma referência da luta dos movimentos sindicais, sociais, das forças progressistas no plano económico. Esse objetivo de harmonização no progresso existiu e a sua destruição é profundamente negativa para nós, portugueses, europeus, mas também é prejudicial para os outros. E nisso, o capitalismo, na fase atual, está a jogar até ao limite para explorar estas contradições.

De sindicalista a académico e investigador

"A minha vida mudou mas estava preparado"

Descobriu que, afinal, havia mais vida para lá da CGTP?

Perdoe-me a expressão, mas é quase um insulto.

Foram 25 anos! Não é fácil deixar esse período para trás, imagine eu.

Não foram 25 anos fechados num gabinete na Rua Vitor Gordon.

Mais direto: custou-lhe deixar essa faceta da sua vida?

Não! Tenho comentado isso, em particular até com a minha mulher, com alguns amigos – fui surpreendido positivamente por mim próprio. Isso só confirma que interpretei bem, desde sempre, aquilo que é um sindicalista – é um trabalhador por conta de outrem que no fim da atividade sindical retorna ao trabalho. A única coisa que posso acrescentar é que as minhas condições e, portanto, os campos de desenvolvimento do trabalho na sociedade, se alteraram entre aquilo que eram quando fui para sindicalista a tempo inteiro e aquilo que são hoje, por conhecimentos, por aquisições, por formação que fui fazendo. Alterou-se esse campo, apenas isso. Não existe aqui nenhum distanciamento. Mas também não é justo dizer "há outra vida". Sempre participei em atividades múltiplas para lá da atividade normal sindical. Julgo que isso é reconhecido.

A sua vida mudou muito no dia a dia?

Mudou significativamente, mas também já estava preparado. O último ano foi de transição. Como diz o povo, saiu-me do pelo, ou seja, fiz um grande esforço, fui conciliando uma atividade sindical permanente – disse sempre, e cumpri até à última hora, que nunca secundarizava as minhas tarefas sindicais –, mas fui inserindo-me ao mesmo tempo em atividades a que eu estou ligado, quer como professor da Lusófona quer como investigador e agora responsável do polo de Lisboa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Que balanço faz dos 25 anos à frente da CGTP, que terminaram há poucos meses?

Sinto o dever cumprido, a consciência tranquila. Tenho a sorte de pertencer a uma geração que, quando olha para trás, diz "nós andámos muito, foi possível conquistar muita coisa". Isso é profundamente gratificante.

Dizia-nos há pouco, antes de começar esta entrevista, que faz hoje cinco anos, precisamente, que entregou a sua tese de doutoramento. Como olha para esse período em que investiu na sua formação? Fê-la também a pensar nos desafios políticos?

Quem leu a tese verifica que "é um trabalho de fôlego". Foi preciso trabalhar muito, e a sério, durante sete anos. A primeira coisa que me ocorreu quando fez a pergunta é que, entretanto, os anos já passaram... E eu fico a pensar: hoje não era capaz de fazer aquilo. Ou seja, é preciso também uma enorme resistência física e muitas ajudas, muitos contributos, desde logo da família. A minha mulher foi extraordinária nisso, mas também os meus filhos souberam compreender e viveram algumas amputações na relação com eles que hei de ver se tenho tempo de recompor ainda.

"A pior postura é esta de bom aluno e de se andar apenas à procura de consensos para seguir a agenda e a estratégia que é determinada pelos poderosos da Europa. Isso é um desastre absoluto"

"Há uma evidência: em Portugal, como na Europa, a esquerda está a perder! E, portanto, se está a perder, tem de ver como é que pode sair da posição de perdedor"

-lo ou não, esse é um problema. É preciso humildade e respeito pelas forças que existem, mas não podemos deixar de ter acutilância crítica e de exprimir observações e perspetivas que possam abrir campos, do ponto de vista sociopolítico, úteis à sociedade.

E esta esquerda não tem sido capaz de fazer isto?

Há uma evidência: em Portugal, como na Europa, a esquerda está a perder! E, portanto, se está a perder, tem de ver como é que pode sair da posição de perdedor. No meio disto, é preciso que as forças assumam a sua identidade. O problema da entrega e da submissão da social-democracia ao neoliberalismo é um problema geral da sociedade, mas é um problema muito sério para toda a esquerda.

Em sua opinião, havia necessidade de reformular o código laboral, mas exatamente em sentido inverso àquele que está a ser feito, valorizando mais o fator trabalho?

Digo sempre, valorizando o trabalho. E falo do fator trabalho na formulação tradicional, e até na identificação marxista que o termo pode ir buscar, mas não só. O trabalho é mais do que isso. É a valorização da economia, desde logo por existência de salários dignos e de proteção baseada num compromisso capital/trabalho que não pode ser desequilibrado. Neste momento, a legislação laboral só desequilibra isso, mais nada. Estas legislações que vêm sendo colocadas são: redução dos salários, aumento do tempo de trabalho, precarização – jogar com as inseguranças e as instabilidades. Ora, estas só podem vir a dar problemas à sociedade. Temos uma economia que abandonou o trabalho para o substituir pela financeirização. **Teremos capacidade, como país, para resolver a crise se ela não for resolvida de forma coletiva na UE?**

Se estivermos à espera que nos resolvam o

"O último ano foi de transição. Como diz o povo, saiu-me do pelo, ou seja, fiz um grande esforço, fui conciliando uma atividade sindical permanente" [...] com "as atividades [académicas] a que estou ligado, quer como professor da Lusófona quer como investigador e agora responsável do polo de Lisboa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra"

"Que balanço dos 25 anos à frente da CGTP? Sinto o dever cumprido, a consciência tranquila. Tenho a sorte de pertencer a uma geração que, quando olha para trás, diz 'nós andámos muito, foi possível conquistar muita coisa'. Isso é profundamente gratificante"